



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DIREITO DE HUMANIDADE

DUARTE, Leticia Rieger¹
SILVA, Mariana Scholze da²

RESUMO:

A sociedade tem sofrido transformações de acordo com os interesses de cada época e do sistema que a rege. No modo de vida atual, chega ao ponto de não ser autossustentável pela forma como o ser humano tem se relacionado com a natureza seja ela humana ou não. Daí que surja a necessidade de construir outros modos de vida no planeta, mesmo que sejam contrários ou paralelos, porém com ideais opostos ao do grande sistema. Por isso, o trabalho pretende compreender a importância de uma educação voltada ao cuidado com o ambiente e a vida no planeta não como um dever ou direito individual, mas como uma necessidade coletiva e um dever ético para com a humanidade. Daí que o trabalho esteja dividido em três partes: num primeiro momento faz uma análise da sociedade que temos; depois busca perceber a necessidade de relações de alteridade; e, por último, procura entender como a educação ambiental potencializa um olhar crítico sobre a sustentabilidade do planeta e o cuidado com a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Sustentabilidade ambiental. Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O contexto atual está marcado pelo alto índice de consumo de bens materiais e pela transformação das subjetividades e relações humanas. O individualismo marca a maior parte das relações e o sentimento de humanidade perpassa o consumo.

Esses são fatores que distanciam o ser de sua relação com o outro, seja humano ou o mundo em que vive. Trata-se de uma falta de cuidado, de carinho e respeito para com esse outro que é natureza, que é parte do todo. É preciso

¹ Leticia Rieger Duarte. Pedagoga. Mestranda do PPG em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Professora de Anos Iniciais da Rede Pública Estadual e da Rede Privada de ensino. E-mail: leticia.rd@hotmail.com

² Mariana Scholze da Silva. Pedagoga. Professora da Rede Pública Estadual de ensino. E-mail: mary_ochi@ibest.com.br

desenvolver uma consciência planetária capaz de promover o cuidado como princípio ético e a sustentabilidade do planeta como um direito de todos.

Diante disso, o texto que segue está dividido em três partes. Em um primeiro momento procura refletir acerca da sociedade de consumo e as implicações dessa sociedade nas relações humanas. Depois, trata da relação de alteridade como um caminho para a efetivação do direito à vida no planeta. Por último, busca perceber a educação ambiental como um meio para a construção de uma mentalidade voltada ao cuidado com a natureza como um todo. Trata-se de uma análise da necessidade de relações que percebam a vida humana como integrante da natureza e despertem para o cuidado.

CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

Em cada época, novos interesses e anseios movem o ser humano a criar meios de sobreviver e de se relacionar com o mundo, com os outros e consigo mesmo. No momento atual, com o avanço tecnológico e o aumento do consumo as relações passaram por grandes transformações, privilegiando aspectos relacionados ao consumo em detrimento da humanidade ou da própria natureza das coisas.

A sociedade se forja e se sustenta através do consumo de bens materiais. Grandes empresas, indústrias e todo o comércio em geral determinam as regras simbólicas de convivência, de bem-estar e as necessidades da população. Muitas das necessidades humanas de hoje são instauradas por essa lógica neoliberal em detrimento das necessidades básicas humanas de toda a população.

Vivemos uma era de paradoxos. Enquanto são realizadas as maiores descobertas na área científica, surgem novas doenças que são irremediáveis pela razão humana. Enquanto a tecnologia avança em nossas casas e na subjetividade humana, não sabemos o que fazer com o lixo produzido. E diante de todos os investimentos em inovações científicas e tecnológicas, a humanidade gera cada vez mais empobrecidos em sua própria espécie.

O tipo de sociedade do conhecimento e da comunicação que temos desenvolvido nas últimas décadas ameaça a essência humana [...]. Na medida em que avança tecnologicamente na produção e serviço de bens materiais, será que não produz mais empobrecidos e excluídos, quase dois terços da humanidade, condenados a morrer antes do tempo?

[...] Alimentamos a profunda convicção de que o cuidado, pelo fato de ser essencial, não pode ser suprimido nem descartado³.

Não sabemos lidar com a marginalidade humana. Corremos o risco de exterminar com nós mesmos por falta de condições básicas de sobrevivência e, ainda assim, o sistema vigente corrobora com uma lógica de consumo e produção de bens desenfreadamente.

A própria sociedade está organizada de maneira que faz as pessoas dependentes de certos bens. Com pouco tempo de intervalo de trabalho, é quase impossível conviver sem carro, ou ainda não depender de algum meio de transporte. A alimentação também fica condicionada ao pouco tempo que se tem para o preparo. A opção por lanches, comidas prontas ou pré-aquecidas em que se utilizará ondas de calor artificial para prepará-las torna-se mais viável.

Dentro dessa lógica, onde está pensado o humano, sua saúde, um contexto propício para seu desenvolvimento biológico e cultural? Como pensar em direitos básicos de humanidade sem pensar nas condições de vida de cada ser humano em sociedade no planeta?

Deparamo-nos aí com a necessidade de pensar nas relações do humano com o mundo e com as pessoas. As necessidades emergentes desse modo de vida não causam mudanças somente no jeito de se viver, mas também na maneira de interação com o todo. Não se tem mais tempo de se relacionar. Não se tem mais tempo de olhar o mundo, o outro e a si próprio, deparando-se com as fragilidades e as riquezas dessas relações.

Vivemos um momento em que se ver como indivíduo em um mundo cheio de possibilidades é muito mais interessante do que perceber a si e ao outro como sujeito de necessidades e potencialidades. Em uma dinâmica de produtividade para o consumo não cabe pensar no coletivo, daí que o individualismo impere em nossa sociedade. Segundo Boff,

O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado⁴.

³ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999, p. 12.

⁴ BOFF, 1999, p. 18.

Assim, há um descuido pela vida das crianças, pelos marginalizados, pelos desempregados, pela dimensão espiritual, pelo ser humano, pela *coisa pública*, pela fragilidade da vida e pelo planeta Terra. A falta de cuidado com o outro e com o ambiente é um fenômeno intrinsecamente relacionado ao individualismo, à falta de relações de alteridade.

ALTERIDADE E RESPEITO PELA VIDA

Diante disso, vislumbramos a necessidade de relações de alteridade a fim de que o ser humano se coloque numa dimensão de cuidado com a vida do outro com quem se depara. É preciso compreender que somos parte de um todo, somos a natureza e estamos interligados com tudo o que faz parte dela.

Alteridade é a nossa capacidade de se relacionar com o outro enquanto pessoa dotada de direitos, deveres, modos de ser independente de gostar, não gostar ou considerar adequado seu jeito de ser. É entender o outro, enquanto humano. O outro é capaz de me surpreender e o *eu* deve simplesmente respeitar, amar, deixar ser. Não é possível colocar-se como superior, capaz de dominar e manipular a natureza. Nós somos a natureza também. Tudo o que há na natureza também é um outro e, por isso, a relação não deve ser de dominação, mas de alteridade.

A questão da alteridade é séria. Não temos mais alteridade com a natureza. Essa é uma perda irreversível da nossa civilização. Não sei se um dia será resgatada, duvido muito. A nossa relação com a natureza é de sujeito para objeto. Só temos relação de sujeito a sujeito, como o índio tem, até os cinco anos de idade. Veja o exemplo de uma criança lidando com um cachorro bravo. Ela monta no cachorro como se fosse cavalo, enfia a mão na boca, sem risco, porque o cachorro percebe que a relação é de alteridade. É de sujeito para sujeito.

A partir dos cinco anos, perdemos a alteridade frente ao animal e ele percebe. A relação passa a ser de sujeito para objeto. O índio não. Ele mantém com a árvore, o rio, a mata, uma relação de sujeitado para sujeito. Daí a dificuldade dos teólogos cristãos de entenderem. "Ah, isso é animismo, isso é superstição". Não, isso é relação de alteridade. Ou seja, o outro é tão sagrado e dotado de dignidade e direitos quanto eu⁵.

É preciso resgatar a dimensão do cuidado com o outro. As relações precisam pautar-se no reconhecimento dessa alteridade e no respeito ético. O outro não é só um ser a quem se enfrenta, com quem se depara, mas principalmente a

⁵ FREI BETTO. Alteridade, subjetividade e generosidade. Disponível em <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/72-alteridade>.

pessoa que contribui para a formação do eu. “A ética [...] deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie”⁶.

Ao nascer, cada indivíduo pertence a espécie humana mas ainda precisa nascer para a sociedade humana, precisa aprender a ser humano. Para tal, é no olhar do outro, no diálogo, na imitação, na interlocução de saberes experienciais que o humano vai se tornando humano.

Não é possível ser gente sem outras gentes que contribuam para a formação da subjetividade. Daí que o outro seja o sujeito que me interpele a tornar-me humano por tê-lo como modelo e, também, pela resistência de me tornar tal qual o outro. O outro é um parâmetro à formação do indivíduo. Daí que o respeito nas relações seja imprescindível.

Esse respeito ultrapassa o humano e deve atingir todas as esferas com as quais nos relacionamos. Ter condições de vida humana na Terra é um direito. Direito daqueles que vivem, direito daqueles que viverão. Poder viver na Terra e não apenas sobreviver é um propósito que devemos construir para que as gerações futuras também possam ter condições de vida saudável e sustentável.

É preciso um novo modo de pensar a vida no planeta, é preciso transformar não só modos de ser, mas modos de pensar o cuidado, as relações e a vida. “Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser a tarefa da educação do futuro”⁷.

EDUCAR PARA UMA CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA

Pensar em uma educação que viabilize a formação de uma consciência planetária é pensar em ir contra a um sistema hegemônico de consumo e autodestruição do planeta. É difícil, porém possível. É pensar em um outro mundo possível dentro do complexo sistema em que a humanidade está engendrada. Para isso, a escola exerce um papel e um poder fundamental na educação das pessoas.

A Constituição Federal concebe a educação básica com o objetivo de

⁶ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, p. 17.

⁷ MORIN, 2001, p. 104.

“proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (Lei nº 9.394/96, Art. 1º). Porém, a sociedade contemporânea busca o prazer por meio do consumo e, por isso, o modelo escolar que se vislumbra geralmente prioriza o segundo objetivo citado. Uma decisão curricular sem nenhuma neutralidade mesmo que, muitas vezes, realizada por pessoas que não percebem que suas motivações para tal estão condicionadas ao sistema vigente. Uma escola que forma para a produção e o consumo.

Muitas vezes a terceira dimensão do objetivo geral da educação básica prevista na Constituição Brasileira é omitida nas vivências escolares ou reprimida pelo contexto social. É fundamental o resgate da vivência da cidadania para garantir relações mais humanas entre os seres humanos. Urge relações mais éticas pautadas no respeito ao outro. Porém, para isso, a escola precisa viabilizar a educação do olhar para o outro, do construir-se através da subjetividade do outro.

Além disso, “o exercício consciente da cidadania” não é realizável por quem tem negado direitos básicos de humanidade. Antes de discursar no ambiente escolar, é preciso criar formas de motivar os/as educandos/as a lutar pela vigência de sua dignidade através de ações afirmativas que garantam seus direitos.

A busca de um espaço digno no contexto social perpassa a luta pelos Direitos Humanos. Direitos que já foram proclamados em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas ainda não efetivados por completo. Sua efetivação depende do nível de consciência do povo que se encontra em situação de pobreza e nas margens da sociedade. Por isso, a importância de discutir tais aspectos no âmbito educativo, para que através da educação haja luta por direitos e sua concretização.

É necessário garantir que os direitos sejam respeitados para que se tenha justiça social. Direitos que não pertencem à pessoa do discurso, mas sempre ao outro. Há urgência em resgatar uma relação pautada no respeito, no amor, em uma profunda consciência de ser com o outro. Urge desenvolver uma racionalidade capaz de dar conta de direitos humanos de alteridade a fim de assegurar a justiça social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, ao pensar a Educação em Direitos Humanos, afirma que

A EDH deve estimular o respeito ao espaço público como bem coletivo e de utilização democrática de todos/as. Nesse sentido, colabora para o entendimento de que a convivência na esfera pública se constitui numa forma de educação para a cidadania, estendendo a dimensão política da educação ao cuidado com o meio ambiente local, regional e global. A EDH, então, deve estar comprometida com o incentivo e promoção de um desenvolvimento sustentável que preserve a diversidade da vida e das culturas, condição para a sobrevivência da humanidade de hoje e das futuras gerações⁸.

Tendo isso em vista, a escola não pode ficar indiferente à situação planetária. É necessário trabalhar a educação ambiental com as crianças e os jovens para potencializar o desenvolvimento de uma consciência capaz de preocupar-se com a vida no planeta e sua sustentabilidade.

A educação ambiental deve estar inserida no cotidiano das relações dentro da escola. A criança precisa compreender que cuidar do meio ambiente é um imperativo ético diante da vida e aprender isso não é uma construção de um momento, mas ocorre ao longo da formação do humano que chega à escola.

Nos termos da Lei 9.795/1999, a Educação Ambiental é componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis da Educação Superior e da Educação Básica e em suas modalidades, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. Deve, nesse sentido, ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico⁹.

Assim, a Educação Ambiental deve permear o ambiente escolar seja como tema transversal a todas as atividades e todos os conteúdos, seja como assunto a ser discutido por crianças e jovens. Trata-se de uma forma de ir construindo uma mentalidade voltada ao cuidado, à valorização da vida, ao olhar o outro e proteção à *nossa casa*.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 523.

⁹ BRASIL, 2013, p. 551.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário viver a dimensão do cuidado para pensar alternativas ao modo de vida no planeta. Para que se passe dessa lógica de dominação para uma lógica de alteridade, é preciso entender-se como parte do todo planetário e sentir-se responsável pela vida.

O ser humano também é parte da natureza e precisa criar meios de mantê-la para a sua própria sobrevivência. Diante disso, não cabem mais modos de vida que visam o lucro material em detrimento do que é bem comum. É necessário distanciar-se da lógica consumista vigente e criar meios alternativos de promoção da vida, do cuidado e da preservação do que é de todos.

A Educação Ambiental, nesse sentido, é um importante meio de desenvolver o cuidado com a natureza por se tratar de uma intervenção com crianças e jovens. Isso possibilita o desenvolvimento de um modo de pensar tendo em vista a sustentabilidade do planeta.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREI BETTO. Alteridade, subjetividade e generosidade. Disponível em <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/72-alteridade>.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.